



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/1ª DI

Folha nº 5

Processo nº 7444/96

Rubrica

PROCESSO Nº 7444/96

APENSO Nº 1404/94 e 01.01333/96-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

Montante em exame: R\$ 3.523,21

Prejuízo Identificado: R\$ 3.523,21

EMENTA: Aposentadoria de Jerônimo da Cruz Azevedo, matrícula nº 11.676-31, no cargo de Assistente Técnico - Técnico Administrativo, Classe Única, Padrão 24, nos termos do artigo 41, inciso III, alínea "a", e § 4º da LODF, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o ato publicado no DCLDF de 16/08/96, retificado por ato publicado no DCLDF de 31/12/02.

Illegalidade.

Senhor Diretor:

Trata o presente processo da aposentadoria voluntária com proventos integrais de Jerônimo da Cruz Azevedo, nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Ato concessório: fls. 34-apenso nº 01.01333/96; retificação: fl. 165/166-apenso nº 01.01333/96;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 45-apenso nº 01.01333/96;
- Abono provisório: fl. 46-apenso nº 01.01333/96.

3. O benefício foi concedido com o acréscimo da vantagem prevista no artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112/90, procedimento esse retificado, por não haver no cargo ocupado pelo servidor o escalonamento em classes, conforme exige o mencionado dispositivo, observando-se, assim, o entendimento deste Tribunal no Processo nº 3987/96, de interesse de Clóvis Winklewski de França. Nesse mister, encontram-se os autos devidamente saneados, com a edição do ato retificativo de fls. 165/166.

4. Com relação ao apostilamento da concessão, em vista do acometimento do servidor por doença especificada em lei, registre-se que as medidas adotadas guardam conformidade com os termos do Enunciado nº 48, das Súmulas da Jurisprudência do TCDF, a despeito da edição da Portaria de fls. 165/166-apenso nº 01.01333/96, de caráter declarativo, que em nada prejudica a regularidade do procedimento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/1ª DI

Folha nº 6

Processo nº 7444/96

Rubrica

5. Merece debate mais alongado, porém, a averbação do tempo de serviço prestado pelo servidor ao Governo do Distrito Federal, no período de 11/12/61 a 08/07/74, conforme certidão de fl. 10-apenso nº 01.01333/96, sob dois enfoques principais: a aplicação da Lei nº 8.112/90 a relação passada, extinta antes da vigência dessa lei; e a aplicação da Lei distrital nº 221/91 a servidor que não era regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, como prevê, expressamente, a lei mencionada.
6. É que o servidor, após deixar o serviço público distrital, trabalhou em entidades privadas e órgãos públicos federais, nos períodos seguintes a 08/07/74, ingressando, finalmente, nos quadros da CLDF somente em 15/12/93.
7. À época do vínculo funcional com o GDF, não fez jus o interessado à concessão de licença especial, por não ter preenchido o requisito legal então previsto no artigo 116 da Lei nº 1.711/52, qual seja, o interstício de dez anos de efetivo serviço, pois registradas faltas injustificadas ao serviço, de 01/03/71 a 12/09/72, e concedida licença para trato de interesses particulares (artigo 110 da Lei nº 1.711/52), a partir de 13/09/72.
8. Nada obstante a ausência de direito contemporâneo ao exercício do cargo no Governo do Distrito Federal e a quebra desse mesmo vínculo, entendeu por bem a CLDF conceder ao servidor dois períodos de licença-prêmio. Pelo que se depreende do Parecer de fls. 79/83, tal direito estaria presente com o advento da Lei nº 8.112/90, em relação ao tempo de serviço prestado desde 11/12/61, e pela aplicação da Lei distrital nº 221/91.
9. A primeira questão a ser examinada trata da impossibilidade de a CLDF vir a conceder benefícios que caberiam ao GDF, o que poderia suscitar sérias restrições, diante da estrutura administrativa estabelecida pela Constituição Federal vigente.
10. O segundo questionamento refere-se ao próprio benefício, inexistente à época do vínculo funcional do servidor com o GDF, tanto que não foi concedido, sem, com isso, ficar caracterizado erro de procedimento; ao contrário, resta evidente que o servidor não preencheu os requisitos legais necessários à concessão de licença especial.
11. Sob o prisma da averbação do tempo de serviço, também, tem entendido este Tribunal pela viabilidade de concessão de licença-prêmio somando-se períodos anteriores, ininterruptos, ao efetivamente prestado ao complexo administrativo do Distrito Federal. No presente caso, a ruptura do vínculo funcional com o Distrito Federal poderia dar margem a conclusões pela impossibilidade de contar o tempo de serviço interrompido, averbado, para deferimento de licença-prêmio, por imposição legal de que a prestação seja efetivada de maneira ininterrupta (artigo 87 da Lei nº 8.112/90).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspetoria de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/1ª DI

Folha nº 7

Processo nº 7444/96

Rubrica

12. Desse modo, poder-se-ia argumentar que não há que se cogitar de concessões futuras, com base em legislação posterior, quando não mais subsiste o vínculo funcional, o que levaria à inadequação da primeira conclusão da Casa Legislativa, mencionada à fl. 63-apenso nº 1404/94, dando conta de direito a três meses de licença-prêmio, fundado em novos disciplinamentos introduzidos pela Lei nº 8.112/90.

13. Não se pode olvidar, contudo, do posicionamento firmado pelo Tribunal em caso semelhante, tratado nos autos do Processo nº 7269/94, de interesse de Maria Gertrudes Guimarães Paixão, cujo excerto a seguir transcrito indica a possibilidade de acolhimento do procedimento adotado pela CLDF (fl. 63-apenso nº 1404/94), no sentido de conceder um período de licença-prêmio, relativamente a interstício quinquenal ininterrupto cumprido pela servidora em vínculo funcional anterior. Eis o Voto do eminente Conselheiro-Relator, Dr. Maurílio Silva, *verbis*:

Segundo os autos, a interessada foi admitida no quadro de pessoal da FEDF em 1978, dentro do regime celetista. Por força da Lei Distrital nº 119, de 16.08.90, os professores celetistas da FEDF passaram a ser regidos pelos preceitos estatutários da Lei nº 1711/52. Sob o novo regime, a inativa adquiriu o direito de averbar os 06 anos e 26 dias prestados à Secretaria de Estado da Educação de Goiás, durante o período de 07.04.67 a 30.04.73 (fl. 05). Tal procedimento aconteceu em 1991, tendo sido o citado tempo contado para fins de aposentadoria, adicional por tempo de serviço, progressão funcional (art. 1º da Lei nº 165/91) e licença-prêmio, como registram os documentos de fls. 06-v, 12 e 14-v.

O questionamento central nos presentes autos apresenta-se da seguinte maneira: pode-se contar para efeito de licença-prêmio tempo prestado a Estado da União que corresponde a um período aquisitivo, nos moldes dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8112/90.

Poder-se-ia ainda levantar a questão da averbação para esse fim de tempo de serviço prestado a outra Unidade Federativa, por força do artigo 103, inciso I, da Lei nº 8112/90. Contudo, já é pacífico nesta Corte que tal dispositivo não tem aplicação a casos de servidor subordinado ao regime da Lei nº 1711/52, a qual não continha tal limitação.

Um outro ponto a se esclarecer seria sobre a existência ou não de qualquer afastamento, falta, suspensão, interrupção ou mesmo qualquer outra utilização desse período pelo inativo. Os documentos de fls. 09 e 14, originários da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Estado de Goiás, atestam a inexistência de nenhuma dessas ocorrências.

Convém aclarar que a Lei nº 1711/52 previa a licença especial de 06 meses após 10 anos de efetivo exercício (art. 116). A falta injustificada ao serviço interrompia o período aquisitivo (§ único, inciso II, do art. 116), ficando sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/1ª DI

Folha nº 8

Processo nº 7444/96

Rubrica

proveito o tempo anterior, e a licença adquirida e não gozada era contada em dobro para efeito de aposentadoria (art. 117). Já a Lei nº 8112/90 criou a licença-prêmio por assiduidade, estabelecendo para cada período aquisitivo de 05 anos ininterruptos a licença de 03 meses (art. 87). Na nova sistemática, a falta injustificada no serviço não implica na interrupção do período aquisitivo, apenas atrasa a concessão na proporção de 01 mês para cada falta (§ único, art. 88). O cômputo em dobro da licença não gozada para efeito de aposentadoria foi estabelecido no art. 5º, da Lei nº 8162/91.

Se, durante o período aquisitivo, não houve inobservância de quaisquer dos itens impeditivos à concessão da licença-prêmio, arrolados no art. 88 da Lei nº 8112/90, se não houve quebra de efetivo exercício, não vejo nenhum empecilho em conceder a referida licença. Tem-se apenas que cumprir o art. 245, da Lei nº 8112/90. Ademais, o tempo de serviço prestado ao Estado de Goiás foi contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção. Só não lhe foi concedida a licença especial à época da averbação por que não detinha o período aquisitivo exigido no artigo 116, da Lei nº 1711/52, que era de 10 anos de efetivo exercício.

No âmbito do TCU, tem-se conhecimento de caso assemelhado ao presente feito. No processo-TCU nº 550.278/93-3, apreciado na Sessão Extraordinária de 15.12.93, (Decisão nº 41/93-Plenário), dentre outras matérias, aquele Egrégio Plenário, deliberou sobre o período aquisitivo de licença especial (Lei nº 1711/52) interrompido no sétimo mês por falta injustificada e, sob o manto do novo estatuto, a possibilidade da utilização desses 07 anos de efetivo exercício para efeito de licença-prêmio por assiduidade, na forma expressa no art. 245, da Lei nº 8112/90. O nobre relator do feito, Excelentíssimo Senhor Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, ao determinar a contagem do referido tempo para fins de licença-prêmio por assiduidade, assim se manifestou:

“No que se refere aos servidores antes submetidos ao regime da Lei nº 1711/52, parece-me de suma importância à exata compreensão da matéria em questão nestes autos (a falta injustificada ao serviço) o disposto no art. 245 da Lei nº 8112/90, verbis:

“Art. 245 - A licença especial disciplinada pelo art. 116 da Lei nº 1711, de 1952, ou por outro diploma legal, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts. 87 a 90.”(grifei).

Consoante o magistério de Washington de Barros Monteiro “Desde que o legislador manda aplicar a lei a casos pretéritos, existe retroatividade, pouco importando que a palavra seja usada, ou não, vale com efeito retroativo”.

E acrescenta o Ilustre Mestre:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Inspeção de Controle Externo

TCDF - 4ª ICE/1ª DI

Folha nº 9

Processo nº 7444/96

Rubrica

“Saliente-se, todavia, que a retroatividade é exceção e não se presume. Deve decorrer de determinação legal, expressa e inequívoca, embora não se requeiram palavras sacramentais.” (Curso de Direito Administrativo; 1º volume - Parte Geral - 8ª edição, pág. 233).

Citando Rubier, afirma o mesmo autor: “a situação do funcionário público pode ser sempre modificada por leis novas **in futurum**” (Obra citada pág. 35).

Acredito que o critério **tempus regit actum** seria plenamente aplicável aos estatutários não fora a norma cogente ínsita no art. 245 da Lei nº 8112/90.

Tendo em vista, porém, que a licença especial foi transformada na licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts. 87, 88 e 89 da Lei nº 8112/90, outro não pode ser o dispositivo legal aplicável na contagem do tempo de serviço, mesmo o anterior a 12.12.90, a não ser o art. 88”.

Isso posto e com as vênias de estilo ao douto Ministério Público, bem como ao órgão instrutivo, VOTO no sentido de que seja considerado legal, para fins de registro, o ato de fl. 16.

14. Por outro lado, quanto ao estudo desenvolvido às fls. 79/83-apenso nº 1404/94, releva observar a inaplicabilidade da Lei distrital nº 221/91 ao presente caso. Note-se que a lei mencionada faz referência aos trabalhadores que passaram à condição de servidores públicos estatutários, com o advento da atual Constituição, deixando, assim, de ser regidos pela legislação trabalhista.

15. Ao revés, conforme se verifica na certidão de fl. 10-apenso nº 01.01333/96, desde o ano de 1965, o interessado detinha à condição de funcionário público estatutário, tendo as faltas injustificadas ao serviço ocorrido a partir do ano de 1971, sob a égide do antigo Estatuto (Lei nº 1.711/52).

16. De admitir-se que o tratamento dado pela Lei nº 221/91, estabelecendo que, na concessão da licença-prêmio, deve ser descontado o período correspondente a faltas injustificadas (artigo 1º, inciso I), constitui vantagem adicional para os servidores oriundos do regime celetista, em comparação aos demais servidores estatutários, porque, diferentemente, a Lei nº 8.112/91 estipula que as faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da referida licença na proporção de um mês para cada falta (artigo 88, parágrafo único).

17. A exegese, adotada pela Câmara Legislativa, quer parecer, considera que a determinação constitucional de instituição do regime jurídico único não admite tratamento diferenciado para determinado grupo de servidores públicos. Assim, tendo



a Lei nº 221/91 modificado, favoravelmente, os critérios previstos na Lei nº 8.112/90, tal modificação seria aplicável a todos os servidores estatutários do Distrito Federal.

18. Não é essa, contudo, a posição adotada nesta Corte de Contas (Processos nº 1403/96, 5372/94, 3215/95), levando-se em conta que a Lei nº 221/91 apenas cuidou de disciplinar as consequências das modificações introduzidas pela novel Constituição Federal, integrando as situações regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que não dispunha a respeito de licença-prêmio, obviamente, ao novo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos. A diferença de tratamento, portanto, decorre de situações jurídicas pretéritas, completamente distintas entre os dois grupos de servidores.

19. Dessa maneira, seguindo o entendimento desta Corte, têm-se como improcedentes conclusões que levem à incidência da Lei nº 221/91 ao caso *sub examine*, o que invalida o teor do despacho de fl. 16-apenso nº 01.01333/96, apurando o direito do servidor ao segundo período de licença-prêmio.

20. Diante de tais considerações, na esteira do entendimento firmado pelo egrégio Tribunal no Processo nº 7269/94, mostra-se correta a concessão do primeiro período de licença-prêmio. No entanto, observada a inaplicabilidade da Lei nº 221/91 ao presente caso, conclui-se pela falta de amparo legal para a concessão do segundo período de licença-prêmio ao servidor, acarretando, por consequência, a ilegalidade da aposentadoria em exame, eis que o tempo de serviço apurado totaliza 12.498 dias, ou seja, 34 anos, 02 meses e 28 dias.

21. Pelo exposto, sugere-se considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, devendo a Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

À consideração superior.

Brasília, 8 de julho de 2003.

Valter Oliveira Reis
Analista de Finanças e Controle Externo
Mat. nº 382-4